1° SIMULADO Estratégia Carreira Jurídica



1° Simulado Especial

1° Simulado PGE-MS

Nome:				
	 	 	 	-

INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO EXCLUSIVO

- 1 Este simulado conta com questões focadas no concurso para a PGE-MS;
- 2 A prova contém 100 questões que abordam conhecimentos cobrados no edital do concurso;
- 3 As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores, com questões A, B, C, D, E.
- 4 Este PDF foi enviado por e-mail, disponibilizado na área do aluno e em um artigo publicado no blog do Estratégia Concursos;
- 5 Os participantes têm das **8:30 às 13:00** para responder às questões e preencher o Gabarito Eletrônico;
- 6 O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado na última página deste PDF;
- 7 O Gabarito do Simulado e o Ranking Classificatório com nota serão divulgados no blog do Estratégia Concursos.
- 8 Na parte da tarde, os nossos professores iniciarão a Correção da Prova AO VIVO no canal do Estratégia Carreira Jurídica no YouTube. Eles resolverão todos os itens das questões. Aproveite para assisti-la AO VIVO e corrigir os erros, pois o vídeo ficará disponível apenas na área do aluno.

PREENCHA SEU GABARITO NO LINK - http://bit.ly/Simulado-PGE-MS-24-10

01 - A B C D E	21 - A B C D E	41 - A B C D E	61 - A B C D E	81 - A B C D E
02 – A B C D E	22 - A B C D E	42 - A B C D E	62 - A B C D E	82 - A B C D E
03 - A B C D E	23 - A B C D E	43 - A B C D E	63 - A B C D E	83 - A B C D E
04 - A B C D E	24 - A B C D E	44 - A B C D E	64 - A B C D E	84 - A B C D E
05 – A B C D E	25 - A B C D E	45 - A B C D E	65 - A B C D E	85 - A B C D E
06 - A B C D E	26 - A B C D E	46 - A B C D E	66 - A B C D E	86 - A B C D E
07 – A B C D E	27 - A B C D E	47 - A B C D E	67 - A B C D E	87 - A B C D E
08 - A B C D E	28 - A B C D E	48 - A B C D E	68 - A B C D E	88 - A B C D E
09 – A B C D E	29 - A B C D E	49 - A B C D E	69 - A B C D E	89 - A B C D E
10 - A B C D E	30-ABCDE	50-ABCDE	70 - A B C D E	90 - A B C D E
11 – \land 🕒 🔘 🔘 🕒	31 - A B C D E	51 - A B C D E	71 - A B C D E	91 - A B C D E
12 - A B C D E	32 - A B C D E	52 - A B C D E	72 - A B C D E	92 - A B C D E
13 – A B C D E	33 - A B C D E	53 - A B C D E	73 - A B C D E	93 - A B C D E
14 - A B C D E	34 - A B C D E	54 - A B C D E	74 - A B C D E	94 - A B C D E
15 – A B C D E	35 - A B C D E	55 - A B C D E	75 - A B C D E	95 - A B C D E
16 - A B C D E	36 - A B C D E	56 - A B C D E	76 - A B C D E	96 - A B C D E
17 – 🖲 🖲 🔘 🔘 🖺	37 - A B C D E	57 - A B C D E	77 - A B C D E	97 – A B C D E
18 - A B C D E	38 - A B C D E	58 - A B C D E	78 – A B C D E	98 – A B C D E
19 – A B C D E	39 - A B C D E	59 - A B C D E	79 – 🖲 🖲 🔘 🛈 🖺	99 – A B C D E
20 - A B C D E	40 - A B C D E	60 - A B C D E	80 - A B C D E	100 - A B C D E



DIREITO CONSTITUCIONAL

Marcel Torres

- **01.** Acerca do Tribunal de Contas, é correto afirmar que:
- a) Constatadas ilegalidades no ato concessivo inicial de aposentadoria, o Tribunal, necessariamente, deverá negar registro ao ato, por ilícito.
- b) Nos processos de auditoria realizados pelo Tribunal, desde que constatada pertinência fático e jurídica, admite-se a intervenção de terceiros.
- c) O Tribunal, embora não tenha poder para anular ou sustar contratos administrativos, tem competência para determinar à autoridade administrativa que promova a anulação do contrato e, se for o caso, da licitação de que se originou.
- d) A previsão de repasse automático de recursos de um Fundo para Estados e Municípios, se desvinculado da celebração prévia de convênio, ajuste, acordo ou contrato, afasta a competência fiscalizatória do Tribunal de Contas.
- e) As decisões das cortes de contas, no exercício de sua competência constitucional, não possuem teor de coercibilidade.
- **02.** Quanto à atuação do Tribunal de Contas, assinale a alternativa correta.
- a) Em caso de multa imposta por tribunal de contas estadual a responsáveis por irregularidades no uso de bens públicos, a ação de cobrança somente pode ser proposta pelo ente público beneficiário da condenação do tribunal de contas.
- b) Ao contrário do quanto aplicável ao poder judiciário, a Corte de Contas não possui iniciativa para desencadear o processo legislativo que vise alterar sua organização e funcionamento.
- c) Os tribunais de contas são órgãos delegatários do poder legislativo, a ele se achando subordinados, por vínculo de ordem hierárquica.
- d) A qualificação profissional formal é requisito à nomeação de conselheiro de tribunal de contas estadual.
- e) O Ministério Público junto ao TCU dispõe de fisionomia institucional própria.

- **03.** Nos termos da Constituição Federal e jurisprudência aplicável, assinale a alternativa incorreta:
- a) O STF terá competência originária para processar e julgar ação popular quando mais da metade dos membros do tribunal de origem estiverem impedidos ou forem direta ou indiretamente interessados no julgamento.
- b) O STF terá competência originária para processar e julgar ação popular visando à anulação de ato do Conselho Nacional de Justiça que concede auxíliomoradia diferenciado a seus membros que são juízes de primeira instância.
- c) O STF terá competência originária para processar e julgar ação popular quando tratar sobre conflito entre União e Estados.
- d) O STF não terá competência originária para processar e julgar ação popular quando tratar sobre conflito entre União e Municípios.
- e) O STF terá competência originária para processar e julgar ação popular quando tratar sobre conflito entre União e o Distrito Federal.
- **04.** Conforme a Constituição Federal e jurisprudência aplicável, julge os itens a seguir:
- I. A proibição da segunda reeleição é absoluta e torna inelegível para determinado cargo de Chefe do Poder Executivo o cidadão que já cumpriu 2 mandatos consecutivos em cargo da mesma natureza, ainda que em ente da federação diverso.
- II. A nacionalidade brasileira não é uma condição de elegibilidade.
- III. O Analfabeto é inelegível, mas alistável.

Estão corretas, apenas:

- a) I.
- b) I e II.
- c) I e III.
- d) II e III.
- e) Todas os itens.



- **05.** Acerca do tema Controle de Constitucionalidade, julgue os itens a seguir:
- I. As decisões do STF que reconheçam a inconstitucionalidade de uma lei pela via incidental adquiriram eficácia erga omnes quando o seando for comunicado para, discricionariamente, susprender a execução da lei.
- II. De acordo com a teoria da transcendência, além do dispositivo, também são vinculantes os motivos determinantes da decisão e as considerações indispensáveis para a resolução da controvérsia.
- III. Segundo o STF, a arguição de descumprimento de preceito fundamental é, via de regra, meio inidôneo para processar questões controvertidas derivadas de normas secundárias e de caráter tipicamente regulamentar.

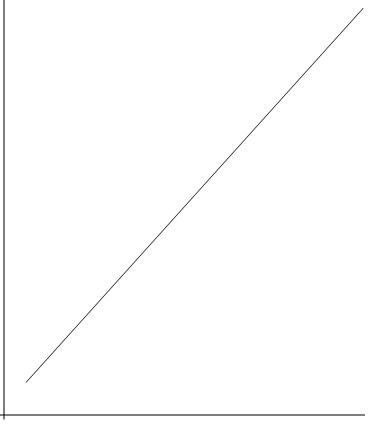
Estão corretos, apenas:

- a) I.
- b) II.
- c) III.
- d) II e III.
- e) I e II.
- **06.** Acerca do regime remuneratório constitucional, correto afirmar que:
- a) Quando permitida a cumulação de cargos, o teto remuneratório será determinada pelo somatório dos valores percebidos.
- b) Para a cumulação de cargos na área da saúde, basta que exista compatibilidade de horários.
- c) A cumulação de cargos privativos de profissionais da saúde será possível ainda que superado o limite de carga horária admitido pelo ente federado, desde que se demonstra a compatibilidade de horários no caso concreto.
- d) Acaso não encaminhado projeto de lei para proceder à revisão geral anual prevista na CF/88, o servidor público fará jus à indenização.
- e) A revisão de questões de concurso público pelo poder judiciário não se sujeita à limites materiais ou formais.

- **07.** Acerca dos direitos fundamentais, julgue os itens a seguir:
- I. A eficácia horizontal dos direitos fundamentais impõe a sua observância desses direitos nas relações jurídicas estabelecidas entre particulares, pelo que se mostra possível, por exemplo, a revisão judicial da exclusão de associado dos quadros de associação privada, quando em violação direito individual previsto na Constituição Federal.
- II. De acordo com a teoria da eficácia direta, os direitos fundamentais devem ser aplicados às relações particulares, ainda que desprovidos de regulamentação legislativa.
- III. De acordo com a teoria da eficácia indireta, os direitos fundamentais devem ser analisados do ponto de vista de sua dimensão proibitiva e positiva.

Estão corretos os itens:

- a) I.
- b) II.
- c) III.
- d) I e III.
- e) Todos os itens estão corretos.





- **08.** Acerca das alterações introduzidas pela EC 103/2019, assinale a alternativa correta:
- a) É vedada a acumulação de mais de uma pensão por morte deixada por cônjuge ou companheiro, no âmbito do mesmo regime de previdência social, ainda que decorrentes do exercício de cargos acumuláveis.
- b) Não será admitida a acumulação de pensão por morte deixada por cônjuge ou companheiro de um regime de previdência social com pensão por morte concedida por outro regime de previdência social ou com pensões decorrentes das atividades militares previstas na CF/88.
- c) Não será admitida a acumulação de pensões decorrentes das atividades militares de que trata a Constituição Federal com aposentadoria concedida no âmbito do Regime Geral de Previdência Social ou de regime próprio de previdência social.
- d) É vedada a acumulação de mais de uma pensão por morte deixada por cônjuge ou companheiro, no âmbito do mesmo regime de previdência social, ressalvadas apenas as pensões decorrentes do exercício do magistério.
- e) Será admitida a acumulação de pensão por morte deixada por cônjuge ou companheiro de um regime de previdência social com aposentadoria concedida no âmbito do Regime Geral de Previdência Social ou de regime próprio de previdência social ou com proventos de inatividade decorrentes das atividades militares previstas na CF/88.
- **09.** Acerca do Processo Legislativo, assinale a alternativa correta:
- a) O Presidente da República, ao vetar uma lei, pode fazê-lo por razões de constitucionalidade.
- b) Os projetos de lei, para aprovação, deverão satisfazer ao quórum de votação exigido para a espécie legislativa em votação no plenário de cada casa.
- c) Em que pese os projetos de lei sejam, também, votados perante as comissões, não há hipótese de dispensa de votação no plenário de cada casa.
- d) A sanção parcial do projeto de lei, com omissão quanto ao resto do texto normativo, implicará em veto parcial.

- e) Aprovado o projeto de lei, o presidente terá o prazo de 15 dias para sancioná-lo, após o que, considerarse-à vetado.
- **10.** Acerca do Controle de Constitucionalidade, assinale a alternativa incorreta:
- a) A Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) coloca em movimento a chamada jurisdição constitucional orgânica, tutelando a validade da lei e de atos normativos.
- b) A norma declarada inconstitucional pelo STF no processo objetivo não é suscetível de revogação pelo Congresso Nacional.
- c) A decisão proferida em ADI produzirá efeitos contra todos e eficácia erga omnes.
- d) É cabível ADPF em face de norma revogada ou cujos efeitos já tenham se exauridos.
- e) A rejeição da ADI, pelo STF, não implica no reconhecimento da constitucionalidade da norma impugnada.
- **11.** Analise os itens a seguir e assinale a alternativa correta:
- I. No processo legislativo, a votação por maioria absoluta exige aprovação pela metade dos votantes, mais um, conforme, com precisão, indica a expressão "metade mais um".
- II. A utilização de medida provisória para a abertura de crédito extraordinário somente será admitida nos casos de guerra, comoção interna ou calamidade pública.
- III. A medida provisória, porque possui força de lei e eficácia imediata a partir de sua publicação, não pode ser "retirada" pelo Presidente da República à apreciação do Congresso Nacional.

Estão corretos os itens:

- a) I.
- b) I e II.
- c) II e III.
- d) III.
- e) II.



- **12.** Analise os itens a seguir e assinale a alternativa correta:
- I. Conforme a CF/88, o STF é competente originariamente para julgar as lides em que há, de um lado, Estado e, do outro lado, a União.
- II. A execução de dívida de IPTU de Estado Estrrangeiro deve ser promovida perante a justiça federal de primeiro grau.
- III. Os Tribunais Regionais Federais, ao realizar o controle judicial abstrato de constitucionalidade, devem respeitar a regra da reserva de plenário.

Estão corretas apenas os itens:

- a) I.
- b) II.
- c) III.
- d) I e II.
- e) II e III.

DIREITO AMBIENTAL

Thiago Leite

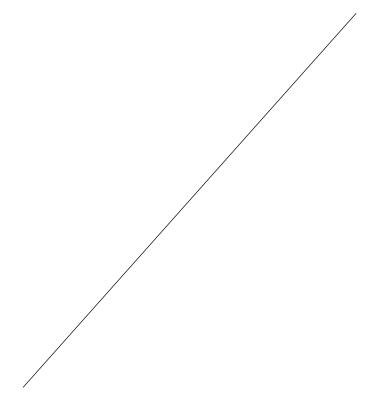
- **13.** Quanto à responsabilidade ambiental, assinale a alternativa correta.
- a) Uma das penas restritivas de direitos aplicáveis às pessoas jurídicas é a proibição de contratar com o Poder Público, bem como dele obter subsídios, subvenções ou doações, que não pode ultrapassar 15 anos.
- b) A responsabilidade civil ambiental é objetiva e pessoal.
- c) A responsabilidade administrativa ambiental é subjetiva e solidária.
- d) As penas aplicáveis isolada, cumulativa ou alternativamente às pessoas jurídicas em decorrência de crimes ambientais são: multa, restritivas de direitos e prestação de serviços à comunidade.
- e) Os instrumentos utilizados na prática da infração ambiental serão vendidos, garantida a sua caracterização.

- **14.** Acerca da legislação florestal, assinale a alternativa correta.
- a) Entende-se por manejo sustentável a substituição de vegetação nativa e formações sucessoras por outras coberturas do solo, como atividades agropecuárias, industriais, de geração e transmissão de energia, de mineração e de transporte, assentamentos urbanos ou outras formas de ocupação humana.
- b) As obrigações previstas no Código Florestal têm natureza real e são transmitidas ao sucessor, de qualquer natureza, no caso de transferência de domínio ou posse do imóvel rural.
- c) Considera-se APP as áreas no entorno das nascentes e dos olhos d'água perenes, qualquer que seja sua situação topográfica, no raio mínimo de 100 (cem) metros.
- d) Considera-se APP as áreas em altitude superior a 1.500 (mil e quinhentos) metros, qualquer que seja a vegetação.
- e) A área mínima de reserva legal, em imóvel rural localizado na Amazônia Legal, em área de campos gerais, é de 35%.
- **15.** Quanto aos recursos hídricos, assinale a alternativa correta.
- a) A água é um bem de domínio misto (público e privado), e dotado de valor econômico.
- b) Constitui diretriz geral da Política Nacional de Recursos Hídricos a integração da gestão das bacias hidrográficas com as estações de tratamento de água.
- c) Estão sujeitos a outorga pelo Poder Público o uso de recursos hídricos para a satisfação das necessidades de pequenos núcleos populacionais, distribuídos no meio rural.
- d) Um dos instrumentos da Política Nacional de Recursos Hídricos é a outorga dos direitos de uso de recursos hídricos, que tem como objetivos assegurar o controle quantitativo e qualitativo dos usos da água e o efetivo exercício dos direitos de acesso à água.
- e) Toda outorga de direitos de uso de recursos hídricos far-se-á por prazo não excedente a trinta anos, renovável.



- **16.** Quanto a tutela do meio ambiente na Constituição Federal, assinale a alternativa correta.
- a) As usinas que operem com reator nuclear deverão ter sua localização definida em lei federal, sem o que não poderão ser instaladas.
- b) São disponíveis as terras devolutas ou arrecadadas pelos Estados, por ações discriminatórias, necessárias à proteção dos ecossistemas naturais.
- c) É facultado ao Poder Público preservar e restaurar os processos ecológicos essenciais e prover o manejo ecológico das espécies e ecossistemas.
- d) A competência legislativa ambiental é comum a todos os entes da Federação.
- e) A competência administrativa ambiental é concorrente entre União, Estados e DF.
- **17.** Quanto à Política Nacional do Meio Ambiente, assinale a alternativa correta.
- a) O órgão central do SISNAMA é o Conselho de Governo, com a função de assessorar o Presidente da República na formulação da política nacional e nas diretrizes governamentais para o meio ambiente e os recursos ambientais.
- b) Compete ao CONAMA, dentre outras coisas, estabelecer normas, critérios e padrões relativos ao controle e à manutenção da qualidade do meio ambiente com vistas ao uso racional dos recursos ambientais, principalmente os hídricos.
- c) O proprietário ou possuidor de imóvel, pessoa natural ou jurídica, pode, apenas por instrumento público, limitar o uso de toda a sua propriedade ou de parte dela para preservar, conservar ou recuperar os recursos ambientais existentes, instituindo servidão ambiental.
- d) A servidão ambiental se aplica às Áreas de Preservação Permanente e à Reserva Legal mínima exigida.
- e) São deveres do detentor da servidão ambiental, entre outras obrigações estipuladas no contrato, documentar as características ambientais da propriedade, mas não defender judicialmente a servidão ambiental.

- **18.** A Lei Complementar nº 140/11 fixa normas para a cooperação entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios nas ações administrativas decorrentes do exercício da competência comum relativas à proteção do meio ambiente. Assinale a alternativa correta quanto a esta norma.
- a) Atuação subsidiária significa a ação do ente da Federação que se substitui ao ente federativo originariamente detentor das atribuições previstas na referida Lei Complementar.
- b) Compete aos respectivos Estados promover o licenciamento ambiental de empreendimentos e atividades localizados ou desenvolvidos no mar territorial, na plataforma continental ou na zona econômica exclusiva.
- c) Compete aos Estados elaborar o Plano Diretor, observando os zoneamentos ambientais.
- d) Os empreendimentos e atividades são licenciados ou autorizados, ambientalmente, pelo Município e pelo Estado onde se encontram.
- e) Os entes federativos podem valer-se, entre outros instrumentos de cooperação institucional, de consórcios públicos.





SEGURIDADE SOCIAL

Felipe Cavalcante

- **19**. Os planos de benefícios de entidades fechadas de previdência complementar devem, obrigatoriamente, prever os seguintes institutos:
- a) benefício proporcional diferido, independentemente da cessação do vínculo empregatício com o patrocinador ou associativo com o instituidor antes da aquisição do direito ao benefício pleno, a ser concedido quando cumpridos os requisitos de elegibilidade.
- b) portabilidade do direito acumulado pelo participante para outro plano.
- c) resgate da totalidade do direito acumulado pelo participante, descontadas as parcelas do custeio administrativo, na forma regulamentada.
- d) faculdade de o participante manter o valor de sua contribuição no caso de perda parcial ou total da remuneração recebida, para assegurar a percepção dos benefícios nos níveis correspondentes àquela remuneração ou em outros definidos em normas regulamentares.
- e) faculdade de o participante manter o valor de sua contribuição para assegurar a percepção dos benefícios nos níveis correspondentes à sua remuneração, no caso de perda parcial ou total da remuneração recebida.
- **20**. As entidades fechadas de previdência complementar deverão ser compostas, no mínimo, por:
- a) conselho de administração, conselho fiscal e conselho deliberativo.
- b) conselho deliberativo, conselho fiscal e diretoriaexecutiva.
- c) diretoria-executiva, conselho fiscal e diretoria de previdência.
- d) conselho consultivo, conselho de administração e conselho deliberativo.
- e) diretoria-executiva, conselho fiscal e diretoria de benefícios.

- **21**. O texto permanente da Constituição Federal assegura a aposentadoria no Regime Geral de Previdência Social:
- a) aos 65 anos de idade, se homem, e aos 60 anos de idade, se mulher, observado tempo mínimo de contribuição.
- b) aos 35 anos de contribuição, se homem, e aos trinta anos de contribuição, se mulher.
- c) com redução de cinco anos no requisito contributivo, para o professor que comprove exclusivamente tempo de efetivo exercício das funções de magistério na educação infantil e no ensino fundamental e médio.
- d) aos 60 anos de idade, se homem, e aos 55 anos de idade, se mulher, para os que exerçam suas atividades em regime de economia familiar.
- e) aos 65 anos de idade, se homem, e aos 62 anos de idade, se mulher.
- **22**. A assistência social será prestada a quem dela necessitar, independentemente de contribuição à seguridade social, e tem por objetivos:
- a) a proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice.
- b) cobertura dos eventos de incapacidade temporária ou permanente para o trabalho e idade avançada.
- c) proteção à maternidade, especialmente à gestante.
- d) proteção ao trabalhador em situação de desemprego involuntário.
- e) pensão por morte do segurado, homem ou mulher, ao cônjuge ou companheiro e dependentes.



- 23. João e Maria estavam casados há apenas dois meses quando sofreram um acidente de carro que resultou no óbito do cônjuge varão. Considerando que João era segurado do regime geral de previdência e tendo em vista a legislação atual, podemos afirmar que:
- a) Independentemente de sua idade, Maria fará jus à pensão por morte vitalícia caso tenha perdido as pernas no mesmo acidente.
- b) Independentemente de sua idade, Maria fará jus à pensão por morte durante apenas 04 meses.
- c) A pensão será paga durante 06 (seis) anos, caso Maria tivesse menos de 21 anos de idade na data do acidente.
- d) A pensão corresponderá a 100% da média aritmética dos salários-de-contribuição vertidos por João, caso o óbito seja caracterizado como acidente do trabalho.
- e) A pensão corresponderá a 100% da aposentadoria a que João teria direito se fosse aposentado por incapacidade permanente da data do óbito.
- **24**. Após a edição da Emenda Constitucional n. 103/19, os regimes próprios de previdência social:
- a) não poderão conceder benefícios distintos dos previstos no Regime Geral de Previdência Social, de que trata a Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, salvo disposição em contrário da Constituição Federal;
- b) somente poderão conceder os benefícios de aposentadoria e pensão por morte;
- c) somente poderão conceder os benefícios de aposentadoria, pensão por morte e saláriomaternidade;
- d) somente poderão conceder os benefícios de aposentadoria, pensão por morte, salário-maternidade e benefícios por incapacidade temporária;
- e) deverão ser extintos.

DIREITO ADMINISTRATIVO

Rodolfo Penna

- **25.** Com relação ao regime jurídico da Administração Pública, assinale a alternativa correta
- a) o princípio da moralidade possui caráter social, tendo em vista que possui como fundamento o entendimento da sociedade daquilo que é bom e que é ruim.
- b) O princípio da juridicidade, por constituir uma nova compreensão da ideia de legalidade, acarretou o aumento do espaço de discricionariedade do administrador público.
- c) De acordo com o STF, é incabível invocar o princípio da segurança jurídica ou da confiança legítima para manutenção em cargo público de candidato não aprovado que nele tomou posse em decorrência de decisão judicial precária posteriormente revogada, ainda que tenha integrado o cargo por muitos anos.
- d) Não é legítima a publicação, em sítio eletrônico mantido pela administração pública, de nomes de servidores e dos valores dos respectivos vencimentos e vantagens pecuniárias.
- e) Dado o princípio da autotutela, poderá a administração anular a qualquer tempo seus próprios atos, ainda que eles tenham produzido efeitos benéficos a terceiros.



- **26.** No que diz respeito aos critérios para a conceituação do Direito Administrativo e aos conceitos gerais da matéria e da Administração Pública, assinale a alternativa INCORRETA
- a) O critério negativista ou residual, adotado atualmente no Direito brasileiro, conceitua o Direito Administrativo por exclusão, ou seja, para essa corrente, pertence ao Direito Administrativo tudo aquilo que não fosse objeto de regulamentação por qualquer outro ramo do direito.
- b) A escola exegética, cuja origem se confunde com a própria origem do Direito Administrativo na França, se limitava a compilar as leis administrativas e atos complementares existentes no país e interpretá-los.
- c) De acordo com a escola do serviço público, idealizada pelo francês León Duguit, o Direito Administrativo teria como objeto a regulamentação jurídica dos serviços públicos, ou seja, a prestação material de uma atividade tendente a suprir uma necessidade ou conferir uma comodidade ao coletivo pelo Estado.
- d) A Escola da puissance publique, também conhecida com escola da autoridade pública, estabeleceu uma distinção entre os atos de império e os atos de gestão, entendendo que o Direito Administrativo estaria relacionado apenas aos atos de império.
- e) Administração Pública em sentido formal diz respeito às pessoas jurídicas, os órgãos e os agentes públicos que exercem as atividades administrativas. Relaciona-se com as pessoas do Estado que exercem a função administrativa.
- **27.** Relativamente à organização da Administração Pública, assinale a alternativa correta
- a) desconcentração e a descentralização pressupõem a criação de novos entes, com personalidade jurídica própria, no primeiro caso para execução direta e, no segundo, para execução indireta de atividades públicas.
- b) O consórcios público é obrigatoriamente constituído como pessoa jurídica de direito público, mediante prévia autorização legislativa, não admitindo estabelecimento de vínculo jurídico com entidades privadas para compartilhamento de recursos financeiros.

- c) As empresas públicas e as sociedades de economia mista possuem personalidade jurídica de Direito Privado não podendo pagar os seus débitos por meio de precatório.
- d) Poderá ser excluído do consórcio público, após prévia suspensão, o ente consorciado que não consignar, em sua lei orçamentária ou em créditos adicionais, as dotações suficientes para suportar as despesas assumidas por meio de contrato de rateio.
- e) Empresa Pública é a entidade dotada de personalidade jurídica de direito privado, com criação autorizada por lei, sob a forma de sociedade anônima, cujas ações com direito a voto pertençam em sua maioria à União, aos Estados, ao Distrito Federal, aos Municípios ou à entidade da administração indireta.
- 28. A administração pública pretende celebrar parceria, sem repasse de recursos financeiros, com determinada organização da sociedade civil, para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco no âmbito da educação pública. Com relação a essa situação hipotética, julgue o próximo item, de acordo com a Lei n.º 13.019/2014. O instrumento jurídico adequado para esta parceria é
- a) Acordo de cooperação.
- b) Termo de fomento.
- c) Contrato de gestão.
- d) Termo de parceria.
- e) Termo de colaboração.



- **29.** Em relação aos atos e poderes administrativos, é possível afirmar que
- a) Aplicação de multa a sociedade empresária em razão de descumprimento de contrato administrativo celebrado por dispensa de licitação constitui manifestação do poder de polícia.
- b) O excesso de poder ocorre quando a autoridade pública atua fora dos limites de sua competência ou sem competência para prática do ato. Trata-se, assim, de vício de competência, o que torna o ato suscetível de convalidação.
- c) A autoexecutoriedade é um atributo do poder de polícia e dos atos administrativos em geral que assegura a aplicação de medidas repressivas, independentemente de previsão legal expressa, a critério do agente público.
- d) Segundo o Superior Tribunal de Justiça, a indelegabilidade do poder de polícia impede que as atividades materiais de verificação do cometimento de infrações sejam executadas por pessoas jurídicas de direito privado.
- e) As penas de multa, quando forem resultado do exercício do poder de polícia, são autoexecutáveis.
- **30.** Acerca das licitações, sistema de registro de preços (SRP) e do regime diferenciado de contratações, assinale a alternativa correta
- a) Pelo RDC, as obras e serviços de engenharia podem ser objeto de contratação integrada, hipótese em que o próprio contratado elabora o projeto executivo e também o projeto básico.
- b) Sociedade empresária em recuperação judicial não pode participar de licitação, ainda que demonstre, na fase de habilitação, sua viabilidade econômica.
- c) É inexigível a licitação para a contratação de serviços técnicos de publicidade prestados necessariamente por intermédio de agências de propaganda.
- d) Embora a Lei nº 8.666/93 preveja hipóteses de contratação direta por meio de dispensa ou inexigibilidade, a administração pública não poderá contratar diretamente por inexigibilidade pela via do RDC porque todos os serviços que podem ser objeto do mencionado regime possuem natureza singular.

- e) Em igualdade de condições, como critério de desempate, será assegurada preferência aos bens e serviços produzidos ou prestados por empresas brasileiras de capital nacional e que invistam no desenvolvimento social do País.
- **31.** Acerca dos contratos administrativos, assinale a alternativa correta
- a) O restabelecimento da equação econômicofinanceira depende da concretização de um evento anterior à proposta formulada, não culposo do contratado, identificável como causa do agravamento da posição do particular.
- b) A repactuação é um instrumento disponível para as contratações de serviços contínuos sob regime de mão de obra exclusiva e consiste na alteração das cláusulas econômicas e de preço para refletir a variação dos componentes dos custos do contrato, sendo somente admitida após 01 (um) ano da data dos orçamentos a que a proposta se referir.
- c) Mesmo sem previsão no edital e em cláusula contratual, seria possível à empresa contratada exigir o reajuste do valor da sua remuneração, tendo em visa que se trata de instrumento para o reequilíbrio econômico-financeiro que objetiva a recomposição do valor da moeda diante das perdas inflacionárias.
- d) Os contratos administrativos, em regra, somente poderão ser reajustados após 01 (um) ano contado do início da sua vigência.
- e) Havendo alteração unilateral do contrato que reduza os encargos do contratado, não haverá reequilíbrio econômico-financeiro para redução da contraprestação, pois se trata de conduta da própria administração.



- **32.** No que diz respeito aos serviços públicos e sua concessão assinale a alternativa correta
- a) Não é necessária autorização legislativa para que o Poder Público realize a concessão de serviço público.
- b) A contratação de parceria público-privada deve ser precedida de licitação na modalidade de tomada de preço, estando a abertura do processo licitatório condicionada a autorização da autoridade competente, fundamentada em estudo técnico.
- c) Incumbe ao Poder Concedente declarar de utilidade pública os bens necessários à execução do serviço ou obra pública e promover diretamente as desapropriações, cabendo à concessionária responsabilizar-se pelas indenizações decorrentes.
- d) Salvo situações excepcionais, devidamente comprovadas, o implemento de transporte público coletivo pressupõe prévia licitação.
- e) A concessão patrocinada é o contrato de prestação de serviços de que a Administração Pública seja a usuária direta ou indireta, ainda que envolva execução de obra ou fornecimento e instalação de bens, ao passo que a concessão administrativa é a concessão de serviços públicos ou de obras públicas de que trata a Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, quando envolver, adicionalmente à tarifa cobrada dos usuários, contraprestação pecuniária do parceiro público ao parceiro privado.
- **33.** Alfredo, agente público do Estado de Mato Grosso do Sul, foi processado criminalmente após denúncia de cometimento de crime previsto no Código Penal. Após o devido processo legal, foi absolvido por falta de provas. Neste caso, havendo também processo administrativo disciplinar (PAD), assinale a alternativo correta
- a) Alfredo poderá sofrer pena de demissão na esfera administrativa, independentemente da absolvição na esfera criminal.
- b) Não é possível a utilização de prova emprestada no processo administrativo disciplinar, devidamente autorizada na esfera criminal.
- c) O processo administrativo disciplinar deverá ser julgado improcedente, tendo em vista a absolvição na esfera penal.

- d) Se a portaria de instauração do PAD não expor de forma detalhada os fatos a serem apurados haverá nulidade.
- e) Se a autoridade competente, ao julgar o PAD, alterar a capitulação legal imputada a Alfredo, o PAD será nulo.
- **34.** Em relação à lei de improbidade administrativa (Lei 8.429/92) e à lei anticorrupção (lei 12.846/2013) assinale a alternativa correta
- a) A administração pública não poderá celebrar acordo de leniência com a pessoa jurídica responsável pela prática de ilícitos previstos na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, com vistas à isenção ou atenuação das sanções administrativas.
- b) Configura bis in idem a condenação por meio de sentença cível em ação civil pública de improbidade administrativa e a condenação administrativa imposta pelo TCU pelo mesmo fato.
- c) O acordo de leniência previsto na Lei n. 12.846/2013, uma vez firmado e homologado, não interrompe a prescrição.
- d) Descumprido o acordo de leniência, a pessoa jurídica ficará impedida de celebrar novo acordo pelo prazo de 2 (dois) anos, contados a partir do conhecimento pela administração pública do referido descumprimento.
- e) A lei 12.846/2013 (lei anticorrupção) estabelece que as pessoas jurídicas serão responsabilizadas objetivamente, nos âmbitos administrativo e civil, pelos atos lesivos previstos na Lei, ainda que não sejam praticados em seu interesse exclusivo.



- **35.** Sobre a responsabilidade civil do Estado, responda
- a) O particular que sofrer um dano decorrente da atuação da Administração Pública, poderá propor ação de reparação do dano em face do Ente Público e do agente público que praticou o ato em litisconsórcio passivo.
- b) A Administração Pública não responde civilmente pelos danos causados por seus agentes, quando estes estejam amparados por causa excludente de ilicitude penal.
- c) Para que fique caracterizada a responsabilidade civil do Município por danos decorrentes do comércio de fogos de artifício, é necessário que exista a violação de um dever jurídico específico de agir, que ocorrerá quando for concedida a licença para funcionamento sem as cautelas legais ou quando for de conhecimento do poder público eventuais irregularidades praticadas pelo particular.
- d) O Estado não será responsável pelo suicídio do preso, uma vez que não é possível ao Ente Pública evitar essa conduta do presidiário.
- e) O Estado responde pelos atos praticados pelos foragidos do sistema penitenciário, tendo em vista a sua conduta culposa relativamente ao seu dever de guarda.
- **36.** Acerca da intervenção do Estado da propriedade privada, assinale a alternativa correta
- a) A revelia do expropriado no processo de desapropriação implica a aceitação tácita do preço ofertado pelo Poder Público, haja vista a presunção de veracidade das alegações de fato formuladas pelo autor.
- b) O possuidor titular do imóvel desapropriado não tem direito de indenização pela perda do seu direito possessório.
- c) O valor da indenização será contemporâneo à data da efetiva imissão na posse do bem expropriado, correndo, a partir desta data, a correção monetária.
- d) A indenização referente à cobertura vegetal deve ser calculada juntamente com o valor da terra nua, ainda que não comprovada a exploração dos recursos vegetais de forma lícita e anterior ao processo expropriatório

e) No processo de desapropriação, são devidos juros compensatórios desde a antecipada imissão de posse, ordenada pelo juiz, por motivo de urgência.

LEGISLAÇÃO INSTITUCIONAL E ORGANIZACIONAL DO ESTADO

Igor Maciel

- **37.** De acordo com a Constituição do Estado de Mato Grosso do Sul, acerca da Advocacia Pública, considere:
- I. A Procuradoria-Geral do Estado é instituição essencial à Administração Pública estadual, que representa em caráter exclusivo o Estado, judicial e extrajudicialmente, cabendo-lhe a defesa de seus direitos e interesses na área judicial e administrativa, as atividades de consultoria e assessoramento jurídico do Poder Executivo.
- II. A Procuradoria-Geral do Estado tem por chefe o Procurador-Geral do Estado, nomeado pelo Governador do Estado, após aprovação pela Assembleia Legislativa, escolhido dentre cidadãos maiores de trinta anos, de notável saber jurídico, reputação ilibada, com mais de dez anos de prática profissional.
- III. Lei estadual disporá sobre a organização, as atribuições e o funcionamento da Procuradoria-Geral do Estado e sobre o Estatuto dos Procuradores do Estado.
- IV. O ingresso nos cargos iniciais da carreira de Procurador do Estado se dará por concurso público de provas e títulos, realizado perante comissão composta por Procuradores do Estado, sob a Presidência do Procurador-Geral, assegurada a participação da Ordem dos Advogados do Brasil na sua realização e observada a ordem de classificação nas nomeações.

Está correto o que se afirma em

- a) I e II.
- b) I e III.
- c) II e III.
- d) I e IV.
- e) II e IV.



- **38.** Em atenção à Lei Complementar nº 95/2001, são atribuições institucionais da Procuradoria-Geral do Estado, por meio de seus órgãos, exceto:
- a) realizar a inscrição e o controle da dívida ativa estadual.
- b) promover a representação nos crimes contra a administração pública estadual e a ordem tributária.
- c) prestar consultoria na elaboração legislativa, ressalvada a redação de vetos e projetos de lei.
- d) prestar assessoramento e assistência jurídica aos Municípios.
- e) exercer a defesa em juízo, ou fora dele, ativa ou passivamente, dos atos do Governador ou de autoridades, elaborando minutas de informações a serem prestadas ao Judiciário em mandados de segurança, mandados de injunção, hábeas data, ações diretas de inconstitucionalidade, bem como em ações afins.
- **39.** De acordo com a Lei Complementar nº 95/2001, acerca das atribuições da Procuradoria do Estado do Mato Grosso do Sul, é correto afirmar:
- a) É privativo do Governador do Estado e dos presidentes dos demais Poderes; dos Secretários de Estado; dos diretores-presidentes de autarquias, fundações, empresas públicas e sociedades de economia mista, formular consultas à Procuradoria-Geral do Estado, vedada tal iniciativa ao presidente do Tribunal de Contas e ao Procurador-Geral de Justica.
- b) É vedado a qualquer órgão adotar conclusões de pareceres divergentes do proferido por Procurador do Estado, devidamente aprovado pelo Governador do Estado, podendo solicitar o reexame da matéria com indicação das causas da divergência.
- c) Os pedidos de informação e de diligências formulados por Procurador do Estado terão prioridade e deverão ser atendidos no prazo máximo de 30 dias, sob pena de responsabilidade.
- d) Entende-se por segmentação do estoque da Dívida Ativa a seleção dos créditos, que tem por finalidade garantir a efetividade na sua arrecadação, de forma a retirar do estoque total da Dívida Ativa o valor do crédito recuperável, filtrando-se pelo valor passível de ser cobrado das empresas com cadastramento

- ativo ou por outro critério a ser definido em lei específica.
- e) Os serviços de assessoramento e de consultoria serão prestados sempre que a matéria tiver especial relevância, independentemente de estar ou não sub judice, refletir-se no âmbito de mais de uma Secretaria de Estado ou se relacionar com questão judicial pendente, por meio de órgãos específicos da Procuradoria-Geral do Estado.
- **40.** Conforme a Lei Complementar nº 95/2001, representa órgão superior da Procuradoria-Geral do Estado de Mato Grosso do Sul:
- a) os Procuradores do Estado.
- b) as Procuradorias Especializadas.
- c) os Procuradores-Gerais Adjuntos.
- d) as Subchefias de Procuradorias Especializadas.
- e) as Procuradorias Regionais.
- **41.** De acordo com a Lei Complementar nº 95/2001, acerca dos órgãos da Procuradoria-Geral do Estado, é correto afirmar:
- a) O Conselho Superior da Procuradoria-Geral do Estado é composto pelo Procurador-Geral do Estado, que o presidirá, pelo Corregedor-Geral, por três Procuradores do Estado representantes de cada uma das categorias da carreira, e pelo Presidente da Associação dos Procuradores do Estado de Mato Grosso do Sul (APREMS).
- b) Aos Procuradores-Gerais Adjuntos compete a substituição do Corregedor-Geral do Estado em seus impedimentos e ausências temporárias, conforme definido no Regimento Interno.
- c) A Corregedoria-Geral da Procuradoria-Geral do Estado será dirigida pelo Corregedor-Geral, auxiliado pelo Corregedor-Geral Adjunto, eleitos pelo Conselho Superior em eleições distintas, dentre os Procuradores do Estado, integrantes da categoria especial, para mandato de dois anos, vedada a recondução.
- d) As Procuradorias Especializadas, as Procuradorias Regionais, a Procuradoria de Representação em Brasília-DF, a Escola Superior da Advocacia Pública e as Coordenadorias serão dirigidas, exclusivamente, por integrantes da carreira de Procurador do Estado.



- e) O Procurador-Coordenador Jurídico, no exercício de suas atribuições, poderá ser designado por ato do Procurador-Geral para, cumulativamente, desempenhar função prevista na estrutura do órgão de sua lotação, em ampliação à atuação perante a respectiva Coordenadoria Jurídica, desde que as atribuições sejam compatíveis com as competências da Procuradoria-Geral do Estado, sendo-lhe assegurados todos os direitos e vantagens previstos nesta Lei Complementar.
- **42.** Conforme dispõe o Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Poder Executivo, das Autarquias e das Fundações Públicas do Estado de Mato Grosso do Sul, sobre as formas de provimento de cargo público:
- () É a investidura em cargo compatível com a capacidade física ou mental do funcionário, verificada em inspeção médica oficial.
- () É o retorno à atividade de funcionário aposentado por invalidez quando, por junta médica oficial, forem declarados insubsistentes os motivos determinantes da aposentadoria.
- () É a reinvestidura do funcionário estável no cargo anteriormente ocupado, com ressarcimento de todos os direitos e vantagens.
- () É o retorno do funcionário estável ao cargo anteriormente ocupado.

Após análise, assinale a alternativa correspondente:

- a) Readaptação; Reversão; Reintegração; Recondução.
- b) Recondução; Disponibilidade; Reintegração; Reversão.
- c) Reintegração; Recondução; Disponibilidade; Aproveitamento.
- d) Readaptação; Reversão; Aproveitamento; Reintegração;
- e) Recondução; Readaptação; Aproveitamento; Reversão.

- **43.** De acordo com a Lei n° 1.102/1990, que dispõe sobre o Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Poder Executivo, das Autarquias e das Fundações Públicas do Estado de Mato Grosso do Sul, é correto afirmar:
- a) A autoridade que tiver conhecimento de irregularidades no serviço público é obrigada a promover a sua apuração imediata, necessariamente através de processo disciplinar, assegurado ao acusado ampla defesa.
- b) Nas hipóteses de infração disciplinar de pequeno potencial ofensivo, assim consideradas as condutas puníveis com repreensão, admite-se a celebração de Termo de Ajustamento de Conduta, por meio do qual o agente público assume responsabilidade pela irregularidade a que deu causa e compromete-se a ajustar sua conduta e a observar os deveres e proibições previstos na legislação vigente, observado o disposto em Regulamento.
- c) A instauração de processo administrativo disciplinar com base em denúncia da qual não seja possível aferir, de plano, elementos de autoria e materialidade pode ser precedida de apuração, a fim de identificar a existência de informações que lhe respaldem suficientemente.
- d) Sempre que o ilícito praticado pelo funcionário ensejar a imposição de penalidade de suspensão por mais de noventa dias, de demissão, de cassação de disponibilidade ou de aposentadoria ou, ainda, a destituição de cargo em comissão, será obrigatória a instauração de processo disciplinar.
- e) A sindicância, como meio sumário de verificação, será realizada exclusivamente por comissão constituída especificamente para esse fim, devendose, em ambos os casos, observar os requisitos relacionados ao cargo ou à escolaridade contidos na Lei.

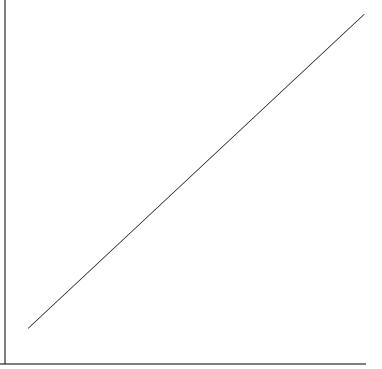


DIREITO TRIBUTÁRIO

Mateus Pontalti

- **44.** É causa de suspensão da exigibilidade do crédito tributário:
- a) conversão do depósito em renda
- b) moratória
- c) pagamento
- d) isenção
- e) anistia
- **45.** Assinale a alternativa correta:
- a) É constitucional a edição de medidas provisórias para instituir ou majorar quaisquer dos tributos previstos pela Constituição.
- b) É inconstitucional a edição de medidas provisórias para instituir ou majorar tributos.
- c) É constitucional a edição de medidas provisórias para instituir ou majorar impostos, sendo vedada a sua utilização para majorar ou instituir outras espécies tributárias.
- d) É constitucional a edição de medidas provisórias para instituir ou majorar tributos, salvo com relação aqueles cuja regulamentação seja reservada à lei complementar.
- e) É constitucional a edição de medidas provisórias para instituir ou majorar tributos, salvo com relação aos impostos, que somente podem ser criados por meio de lei.
- **46.** Acerca da interpretação e integração da legislação tributária, é correto afirmar que:
- a) os princípios gerais de direito privado utilizam-se para pesquisa da definição, do conteúdo e do alcance de seus institutos, conceitos e formas, e para definição dos respectivos efeitos tributários.
- b) na ausência de disposição expressa, a autoridade competente para aplicar a legislação tributária utilizará, sucessivamente, na ordem indicada, a analogia, os os princípios gerais de direito tributário, os princípios gerais de direito público e a equidade.
- c) a lei tributária que define infrações, ou lhe comina penalidades, interpreta-se sempre da maneira mais favorável ao acusado, desde que sua conduta não seja dolosa.

- d) do emprego da analogia poderá resultar exigência de tributo não previsto em lei.
- e) Pode-se interpretar extensivamente a legislação tributária que disponha sobre suspensão ou exclusão do crédito tributário, outorga de isenção ou dispensa do cumprimento de obrigações tributárias acessórias.
- **47.** De acordo com a jurisprudência do STF e do STJ, assinale a alternativa correta:
- a) O IPVA pode incidir sobre embarcações e aeronaves, desde que exista lei estadual nesse sentido.
- b) É constitucional a fixação de alíquota progressiva para o Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e Doação — ITCMD.
- c) Mesmo após a Emenda Constitucional 33/2001, é inconstitucional a incidência de ICMS sobre operações de importação efetuadas por pessoa, física ou jurídica, que não se dedique habitualmente ao comércio ou à prestação de serviços.
- d) O ICMS incide na operação de arrendamento mercantil internacional, mesmo quando não configurada a transferência da titularidade do bem.
- e) O ICMS compõe a base de cálculo do PIS e da COFINS.





- **48.** Sobre imunidades tributárias, assinale a alternativa que não está de acordo com a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal:
- a) Não incide o ICMS sobre o serviço de transporte de encomendas realizado pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos ECT, tendo em vista a imunidade recíproca prevista no art. 150, VI, a, da Constituição Federal.
- b) A imunidade recíproca, prevista no art. 150, VI, a, da Constituição não se estende a empresa privada arrendatária de imóvel público, quando seja ela exploradora de atividade econômica com fins lucrativos. Nessa hipótese é constitucional a cobrança do IPTU pelo Município.
- c) A imunidade tributária subjetiva aplica-se a seus beneficiários na posição de contribuinte de direito, mas não na de simples contribuinte de fato, sendo irrelevante para a verificação da existência do beneplácito constitucional a repercussão econômica do tributo envolvido.
- d) A imunidade tributária recíproca exonera o sucessor das obrigações tributárias relativas aos fatos jurídicos tributários ocorridos antes da sucessão.
- e) A imunidade tributária constante do art. 150, VI, d, da CF/88 aplica-se à importação e comercialização, no mercado interno, do livro eletrônico (e-book) e dos suportes exclusivamente utilizados para fixá-los, como leitores de livros eletrônicos (e-readers), ainda que possuam funcionalidades acessórias.
- **49.** Sobre legislação tributária, assinale a alternativa correta:
- a) A expressão "legislação tributária" compreende apenas as leis, os tratados e as convenções internacionais, bem como as demais fontes primárias.
- b) A legislação tributária aplica-se imediatamente aos fatos geradores futuros. Os fatos geradores pendentes são regulados pela lei pretérita, se mais benéfica ao sujeito passivo.
- c) A lei interpretativa pode retroagir quando for interpretativa, desde que mais benéfica ao sujeito passivo.

- d) A lei aplica-se a ato pretérito quando deixe de defini-lo como infração, desde que ele não tenha sido definitivamente julgado.
- e) O Decreto do Presidente da República é fonte formal primária.
- **50.** Sobre a classificação dos fatos geradores, assinale a alternativa correta:
- a) O fato gerador é qualificado como instantâneo quando a sua realização se dá em um átimo de tempo, sendo configurado por um fato ou negócio jurídico singular que, a cada vez que ocorre, implica no nascimento de uma relação jurídica de direito tributário. É o caso do imposto de importação, que a cada nova operação realizada, faz surgir uma obrigação tributária.
- b) Fato gerador periódico ou complexivo é aquele que descreve uma conduta que revela um estado de permanência, como *ser proprietário de imóvel urbano*, no caso do IPTU, ou *ser proprietário de veículo automotor*, no caso do IPVA.
- c) Fato gerador continuado é aquele cuja formação ocorre ao longo de um espaço de tempo. Ao final do período previsto em lei, valoriza-se todos os fatos isolados que, somados, tem a aptidão para fazer nascer a relação jurídica de direito tributário.
- d) Todas as alternativa estão corretas.
- e) Nenhuma das alternativas está correta.
- **51.** Assinale a alternativa incorreta, de acordo com a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal:
- a) Normas relativas à prescrição e decadência em matéria tributária são reservadas à lei complementar.
- b) O serviço de iluminação pública não pode ser remunerado mediante taxa.
- c) A taxa cobrada exclusivamente em razão dos serviços públicos de coleta, remoção e tratamento ou destinação de lixo ou resíduos provenientes de imóveis, não viola o artigo 145, II, da Constituição Federal.
- d) É constitucional a taxa de renovação de funcionamento e localização municipal.
- **e**) As contribuições devidas ao Sebrae, à Apex e à ABDI foram revogadas pela EC 33/2001.



52. Assinale a alternativa correta:

- a) A União não pode estabelecer isenções de tributos da competência dos Estados, do Distrito Federal ou dos municípios, salvo em caso de calamidade pública ou guerra externa.
- b) Excepcionalmente, desde que aprovado por 2/3 do Congresso Nacional, em dois turnos, é possível à União isentar tributos de competência dos Estados, do Distrito Federal ou dos Municípios.
- c) Os Estados-Membros da Federação podem estabelecer isenções de tributos municipais quando a Constituição Estadual assim o autorize.
- d) É inconstitucional um tratado internacional que conceda isenções de tributos da competência dos Estados e dos Municípios.
- e) É constitucional Lei Complementar da União que exclua a incidência do ISSQN sobre exportações de serviços para o exterior.

53. Assinale a alternativa incorreta.

- a) Os créditos tributários relativos a impostos cujo fato gerador seja a propriedade, o domínio útil ou a posse de bens imóveis, e bem assim os relativos a taxas pela prestação de serviços referentes a tais bens, ou a contribuições de melhoria, subrogam-se na pessoa dos respectivos adquirentes, salvo quando conste do título a prova de sua quitação.
- b) A pessoa natural ou jurídica de direito privado que adquirir de outra, por qualquer título, fundo de comércio ou estabelecimento comercial, industrial ou profissional, responde pelos tributos devidos até a data do ato, desde que continue a explorar o negócio sob a mesma razão social ou sob a mesma firma ou nome individual.
- c) O inadimplemento da obrigação tributária pela sociedade não gera, por si só, a responsabilidade solidária do sócio-gerente.
- d) Presume-se dissolvida irregularmente a empresa que deixar de funcionar no seu domicílio fiscal, sem comunicação aos órgãos competentes, legitimando o redirecionamento da execução fiscal para o sóciogerente.
- e) Salvo disposição de lei em contrário, a responsabilidade por infrações da legislação tributária independe da intenção do agente ou do

responsável e da efetividade, natureza e extensão dos efeitos do ato.

DIREITO CIVIL

Leonardo Fernandes

- **54.** Sobre as lacunas e formas de integração das normas jurídicas, entende-se como lacuna ontológica:
- a) a ausência total de norma prevista para um determinado caso concreto.
- b) a existência de norma para o caso concreto, mas que não tem eficácia social.
- c) a existência de norma para o caso concreto, mas de aplicação insatisfatória ou injusta.
- d) a choque de duas ou mais normas válidas, pendente de solução no caso concreto.
- e) nenhuma das anteriores.
- **55.** A lei, como fonte primária do Direito, tem as seguintes características básicas, salvo:
- a) Generalidade.
- b) Imperatividade.
- c) Permanência.
- d) Eficácia horizontal.
- e) Autorizante.
- **56.** Os direitos da personalidade são, como regra, intransmissíveis e irrenunciáveis, não podendo o seu exercício sofrer limitação voluntária. Considerando o seu *viés existencial*, são características do direito da personalidade, salvo:
- a) o direito ao próprio corpo.
- b) a sexualidade.
- c) o matrimônio.
- d) a privacidade.
- e) a tomada de decisão apoiada.



- **57.** Sobre a capacidade da pessoa natural, assinale a opção correta.
- a) A capacidade de fato ou de exercício está relacionada com o exercício dos atos da vida civil e independe da capacidade de direito ou de gozo.
- b) Todas as pessoas têm capacidade de gozo ou de direito.
- c) O incapaz não possui direito de gozo.
- d) O emancipado não está habilitado a prática de todos os atos da vida civil.
- e) O emancipado está habilitado a prática de todos os atos da vida civil, inclusive obter autorização para condução de veículos.
- **58** Sobre os negócios jurídicos, analise as alternativas.
- I. A validade do negócio jurídico requer agente capaz; objeto lícito, possível, determinado ou determinável; e forma prescrita ou não defesa em lei.
- II. Os negócios jurídicos em geral devem ser interpretados da maneira mais favorável àquele que esteja de boa-fé, cabendo ao aplicador do direito buscar mais a real vontade das partes quando celebraram o negócio do que o teor do instrumento contratual.
- III. O silêncio importa anuência quando os usos o autorizarem ainda que necessária a declaração de vontade expressa.
- IV. Na sistemática do Código Civil, que adotou o princípio da confiança, é nulo o negócio jurídico celebrado com erro, desde que o erro seja substancial, podendo ser percebido por pessoa de diligência normal em face das circunstâncias do negócio.

Estão corretas as seguintes proposições:

- a) I e II.
- b) I, II e III.
- c) II, III e IV.
- d) III e IV.
- e) I e IV.

- **59** Assinale a alternativa incorreta em relação ao sentido que deve ser atribuído pela interpretação do negócio jurídico:
- a) sentido que for confirmado pelo comportamento das partes anterior à celebração do negócio.
- b) sentido que corresponder aos usos, costumes e práticas do mercado relativas ao tipo de negócio.
- c) sentido que corresponder à boa-fé.
- d) sentido que for mais benéfico à parte que não redigiu o dispositivo, se identificável.
- e) sentido que corresponder a qual seria a razoável negociação das partes sobre a questão discutida, inferida das demais disposições do negócio e da racionalidade econômica das partes, consideradas as informações disponíveis no momento de sua celebração.
- **60** Sobre os defeitos dos negócios jurídicos, é incorreto dizer.
- a) A fraude contra credores exige a comprovação de *eventus damni*.
- b) São convalidáveis os negócios jurídicos celebrados por meio de falsificação de assinatura, caso o sócio prejudicado pelo falso tenha concedido quitação, a fim de ratificar os negócios jurídicos.
- c) A anterioridade do crédito que se busca garantir pode ser comprovada pela assinatura de contrato particular de promessa de compra e venda de imóvel, ainda que não registrado, desde que acompanhado de outro elemento de prova.
- d) O credor não pode anular o ato jurídico lesivo objeto de fraude contra credor de forma incidental, ainda que não haja dilação probatória.
- e) É de quatro anos o prazo de decadência para pleitear-se a anulação da fraude contra credores.



- **61** Sobre a desconsideração da personalidade jurídica, nos moldes do Código Civil, é correto afirmar.
- a) Considera-se desvio de finalidade o cumprimento repetitivo pela sociedade de obrigações do sócio ou do administrador ou vice-versa.
- b) Considera-se confusão patrimonial a transferência de ativos ou de passivos sem efetivas contraprestações, exceto os de valor proporcionalmente insignificante.
- c) Constitui desvio de finalidade a expansão ou a alteração da finalidade original da atividade econômica específica da pessoa jurídica.
- d) O juiz poderá desconsiderar a personalidade jurídica da sociedade quando, houver abuso de direito, excesso de poder, infração da lei, fato ou ato ilícito ou violação dos estatutos ou contrato social.
- e) A desconsideração também será efetivada quando houver falência, estado de insolvência, encerramento ou inatividade da pessoa jurídica provocados por má administração.
- **62.** Considerando o Direito das Obrigações, marque a alternativa correta.
- a) A obrigação de dar coisa certa abrange, como regra, os acessórios embora não mencionados no negócio jurídico, salvo se o contrário resultar do título ou das circunstâncias do caso.
- b) Resolvendo-se a obrigação sem culpa do devedor, poderá o credor exigir o equivalente, ou aceitar a coisa no estado em que se acha, com direito a reclamar, em um ou em outro caso, indenização das perdas e danos.
- c) Até a tradição pertence ao devedor a coisa, mas não os seus melhoramentos e acrescidos, pelos quais poderá exigir aumento no preço.
- d) Extingue-se a obrigação de não fazer, ainda que por culpa do devedor, se lhe torne impossível abster-se do ato, que se obrigou a não praticar.
- e) Há indivisibilidade jurídica da obrigação quando na mesma obrigação concorre mais de um credor, ou mais de um devedor, cada um com direito, ou obrigado, à dívida toda.

- **63.** Considerando a legislação sobre os contratos, é errado afirmar.
- a) No contrato aleatório, se o risco não vier a existir, terá a outra parte o direito de receber integralmente o que lhe foi prometido, desde que de sua parte não tenha havido dolo ou culpa, ainda que nada do avençado venha a existir.
- b) A resilição unilateral somente tem cabimento nos casos em que a lei expressa ou implicitamente permite.
- c) A cláusula resolutiva expressa opera de mediante interpelação.
- d) Se no contrato as obrigações couberem a apenas uma das partes, poderá ela pleitear que a sua prestação seja reduzida, ou alterado o modo de executá-la, a fim de evitar a onerosidade excessiva.
- e) O contrato preliminar, exceto quanto à forma, deve conter todos os requisitos essenciais ao contrato a ser celebrado.
- **64.** Sobre o direito de propriedade, é incorreta a seguinte a firmação.
- a) São defesos os atos que não trazem ao proprietário qualquer comodidade, ou utilidade, e sejam animados pela intenção de prejudicar outrem.
- b) O proprietário ou o possuidor de um prédio tem o direito de fazer cessar as interferências prejudiciais à segurança, ao sossego e à saúde dos que o habitam, provocadas pela utilização de propriedade vizinha.
- c) Os frutos, mas não os produtos da coisa, pertencem, ainda quando separados, ao seu proprietário, salvo se, por preceito jurídico especial, couberem a outrem.
- d) A tradição feita por quem não seja proprietário não aliena a propriedade, exceto se a coisa, oferecida ao público, em leilão ou estabelecimento comercial, for transferida ao adquirente de boa-fé.
- e) A propriedade do solo abrange a do espaço aéreo e subsolo correspondentes, em altura e profundidade úteis ao seu exercício, não podendo o proprietário opor-se a atividades que sejam realizadas, por terceiros, a uma altura ou profundidade tais, que não tenha ele interesse legítimo em impedi-las.



- **65.** Sobre a validade do casamento e as causas impeditivas e suspensivas, assinale a alternativa errada.
- a) É nulo o casamento contraído por infringência de impedimento.
- b) A decretação de nulidade de casamento pode ser promovida mediante ação direta, por qualquer interessado.
- c) É anulável o casamento do incapaz de consentir ou manifestar, de modo inequívoco, o consentimento.
- d) Considera-se erro essencial sobre a pessoa do outro cônjuge no que diz respeito à sua identidade, sua honra e boa fama, dede que o seu conhecimento seja ulterior e torne insuportável a vida em comum ao cônjuge enganado.
- e) O prazo decadencial para a anulação do casamento em que houve coação é de 180 dias.

DIREITO EMPRESARIAL

Alessandro Sanchez

- **66.** Acerca do Cheque, assinale a alternativa CORRETA:
- a) O portador de cheque representativo de mercadoria tem o direito de transferi-lo, de conformidade com as normas que regulam a sua circulação, ou de receber aquela desde que atendido as devidas formalidades, além da entrega do título devidamente quitado.
- b) Consideram-se não escritas no título a cláusula de juros;
- c) A omissão de qualquer requisito legal, que tire ao escrito a sua validade como título de crédito, implica a invalidade do negócio jurídico que lhe deu origem.
- d) Para a validade do aval, dado no anverso do título, é necessário além da assinatura do avalista que se coloque por escrito "aval", caso contrário entende-se como endosso.
- e) O endosso é um instituto sinônimo à cessão ordinária de créditos, inclusive no que tange à legislação aplicada.

- **67.** A Lei n.º 11.101/2005 (Lei de Falências e Recuperação de Empresas) estabelece a ordem de classificação dos créditos no caso de falência. Considerando apenas os créditos trabalhistas, os créditos com garantia real e os créditos tributários, assinale a opção correspondente à ordem de classificação correta entre eles.
- a) I. créditos trabalhistas; II. créditos com garantia real; III. créditos tributários
- b) I. créditos tributários; II. créditos com garantia real; III. créditos trabalhistas
- c) I. créditos com garantia real; II. créditos trabalhistas; III. créditos tributários
- d) I. créditos com garantia real; II. créditos tributários; III. créditos trabalhistas
- e) I. créditos trabalhistas; II. créditos tributários; III. créditos com garantia real
- **68.** Assinale a opção que indica a denominação dada a um atributo do estabelecimento empresarial com direta relação com a organização e administração da empresa, e que muitas vezes assume papel preponderante para o sucesso da empresa, seja pela relação com os clientes, seja pela relação com os fornecedores, e que não pode ser comercializado individualmente.
- a) clientela
- b) aviamento
- c) trespasse
- d) fundo mercantil
- e) ponto empresarial



- **69.** Para funcionar no Brasil, sociedade estrangeira deve:
- a) registrar seu ato constitutivo no prazo de até sessenta dias após o início de suas atividades.
- b) utilizar nome idêntico àquele empregado no país de origem, podendo acrescentar as palavras "do Brasil" ou "para o Brasil".
- c) designar representante no país de origem, com poderes limitados a receber citação judicial em nome da sociedade.
- d) sujeitar-se às leis e aos tratados internacionais, quanto aos atos ou operações praticados no Brasil.
- e) transferir sua sede para o Brasil.
- **70.** A operação pela qual duas ou mais sociedades se unem para formar uma sociedade nova, que lhes sucederá em todos os direitos e obrigações, é denominada:
- a) aquisição.
- b) incorporação.
- c) cisão.
- d) joint venture.
- e) fusão.
- **71.** A respeito das sociedades limitadas, assinale a alternativa correta.
- a) O sócio só poderá ceder sua quota, total ou parcialmente, a quem não seja sócio se houver previsão nesse sentido no contrato social.
- b) Na omissão do contrato, o sócio pode ceder sua quota, total ou parcialmente, a quem seja sócio, independentemente de audiência dos outros, ou a
- estranho, se não houver oposição de titulares de mais de um quarto do capital social.
- c) Independentemente de previsão contratual, poderá o sócio ceder sua quota, total ou parcialmente, a quem seja sócio ou a estranho, sendo necessário, em ambos os casos, que não haja oposição dos titulares de mais de um terço do capital social.
- d) A cessão das quotas em sociedade limitada deve seguir o procedimento previsto em lei, sendo vedado aos sócios estabelecerem procedimento diverso no Contrato Social.

- e) O sócio pode ceder sua quota, total ou parcialmente, a quem seja sócio, independentemente de audiência dos outros, ou a estranho, desde que, neste caso, haja expressa anuência dos titulares de mais da metade do capital social restante.
- **72.** Sabe-se que o termo pessoa jurídica expressa um ente detentor de direitos e obrigações. Sendo assim, em relação ao nascimento da personalidade jurídica de uma sociedade é CORRETO afirmar que, para adquirir personalidade jurídica, ela deve ter seu ato constitutivo,
- a) (sempre contrato social), arquivado na Junta Comercial, se sociedade empresária.
- b) (estatuto social), arquivado no Registro Civil das Pessoas Jurídicas, se sociedade simples.
- c) (contrato social), registrado no Registro Civil das Pessoas Jurídicas, se sociedade simples.
- d) (contrato social ou estatuto social), arquivado no Cartório de Títulos e Documentos, se sociedade empresária.
- e) Nenhuma das anteriores
- **73.** A Lei Nº 11.101/2005 trouxe para o nosso ordenamento jurídico o instituto da recuperação judicial, tendo os seguintes princípios basilares: Preservação da Empresa e Viabilidade Econômica.
- Diante do exposto, o instituto mencionado aplica-se à Sociedade
- a) seguradora.
- b) simples.
- c) de economia mista.
- d) empresária.
- e) Nenhuma das anteriores
- **74.** A respeito de liquidação societária, é correto afirmar que:
- a) esse ato desconstitui a pessoa jurídica.
- b) o liquidante é proibido de pagar dívidas vincendas.
- c) esse ato obsta a possibilidade de efetuar a transformação.
- d) a sociedade se extingue ao ser averbada a ata da assembleia de liquidação.
- e) o liquidante poderá optar por usar ou não o termo "em liquidação" em atos e documentos da sociedade.



DIREITO PROCESSUAL CIVIL

Rodrigo Vaslin

75. Assinale a alternativa incorreta:

- a) Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC.
- b) O CPC de 2015 adotou o sistema da unidade processual, segundo o qual os processos em trâmite continuam a ser regidos pelo ordenamento em vigência na data de sua instauração.
- c) Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/1973 (relativos a decisões publicadas até 17 de março de 2016) devem ser exigidos os requisitos de admissibilidade na forma nele prevista, com as interpretações dadas, até então, pela jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça.
- d) Nos recursos tempestivos interpostos com fundamento no CPC/1973 (relativos a decisões publicadas até 17 de março de 2016), não caberá a abertura de prazo prevista no art. 932, parágrafo único, c/c o art. 1.029, § 3º, do novo CPC.
- e) Somente nos recursos interpostos contra decisão publicada a partir de 18 de março de 2016, será possível o arbitramento de honorários sucumbenciais recursais, na forma do art. 85, § 11, do novo CPC.
- **76.** Sobre o Direito Processual Civil, marque a alternativa incorreta:
- a) O Direito Processual Civil possui natureza de Direito público e possui inter-relacionamento com o Direito constitucional muito bem expresso no capítulo III, da Constituição Federal que trata do Poder Judiciário.
- b) Podem os Estados legislar sobre Direito Processual Civil.
- c) São fontes do Direito Processual Civil, além da própria Constituição Federal, as codificações, as leis de organização judiciária dos estados, leis processuais esparsas, além dos regimentos internos dos tribunais de justiça.
- d) A regra de contagem de prazos em dias úteis só se aplica aos prazos iniciados após a vigência do Novo Código.

- e) As disposições de direito probatório adotadas neste Código aplicam-se apenas às provas requeridas ou determinadas de ofício a partir da data de início de sua vigência.
- **77.** Considere as afirmativas a seguir, relacionadas aos escopos da jurisdição:
- I. a função social da jurisdição é a pacificação do conflito, gerando um efeito secundário que é a educação da sociedade quanto a seus direitos e deveres.
- II. o escopo político possui 03 vertentes: fortalecimento do Estado e das instituições; jurisdição como último recurso em termos de proteção às liberdades públicas e dos direitos fundamentais; e, por fim, participação direta do jurisdicionado no processo jurisdicional.
- III. segundo Chiovenda, o escopo jurídico corresponde à atuação da vontade concreta da lei.

Estão corretos:

- a) I, II e III.
- b) I e II.
- c) II e III.
- d) apenas III.
- e) n.d.a



- **78.** Sobre a intervenção de terceiros, marque a alternativa incorreta:
- a) Pode-se destacar os seguintes fundamentos para a intervenção de terceiros no processo: eficiência, duração razoável do processo, concretização do contraditório, bem como a possibilidade de incluir o terceiro nos efeitos da coisa julgada.
- b) As pessoas jurídicas de direito público poderão, nas causas cuja decisão possa ter reflexos, ainda que indiretos, de natureza econômica, intervir, independentemente da demonstração de interesse jurídico, para esclarecer questões de fato e de direito, podendo juntar documentos e memoriais reputados úteis ao exame da matéria e, se for o caso, recorrer, hipótese em que, para fins de deslocamento de competência, serão consideradas partes.
- c) Nos Juizados Especiais, não se admite nenhuma intervenção de terceiro, por expressa proibição legal.
- d) No mandado de segurança, admite-se litisconsórcio, mas é vedada a intervenção de terceiros.
- e) Na assistência simples, o terceiro tem relação jurídica com uma das partes (assistido), distinta da discutida no processo.
- **79.** Acerca da tutela provisória, marque a alternativa correta:
- a) A tutela provisória antecipada poderá ser concedida em caráter antecedente, liminarmente e incidentalmente a qualquer tempo, ao passo que a tutela provisória cautelar só poderá ser concedida em caráter antecedente.
- b) Se a tutela de urgência for requerida de forma incidental, haverá pagamento de custas.
- c) Ao despachar a reclamação, deferida a suspensão do ato impugnado, o relator pode conceder tutela provisória satisfativa correspondente à decisão originária cuja autoridade foi violada.
- d) O pedido de antecipação da tutela recursal ou de concessão de efeito suspensivo a qualquer recurso tem alguns requisitos de admissibilidade, não podendo ser feito por simples petição.
- e) A decisão que julga improcedente o pedido final não gera a perda de eficácia da tutela antecipada.

- **80.** Sobre formação, suspensão e extinção do processo, é correto afirmar:
- a) Durante a suspensão do processo é vedado praticar qualquer ato processual, podendo o juiz, mesmo no caso de arguição de impedimento e de suspeição, determinar a realização de atos urgentes a fim de evitar dano irreparável.
- b) Ocorrendo a morte da parte, se o direito discutido no processo for intransmissível, o processo deve ser extinto com julgamento do mérito.
- c) Verificada a incapacidade processual ou a irregularidade da representação da parte, o juiz suspenderá o processo e designará sempre o prazo de 10 (dez) dias para que seja sanado o vício.
- d) É admissível a emenda à inicial, antes da citação, para a substituição de executado pelo seu espólio, em execução ajuizada em face de devedor falecido antes do ajuizamento da ação.
- e) Ocorrendo a morte do advogado do réu, se este não constituir novo mandatário, o juiz ordenará o prosseguimento do processo à revelia do réu. Nesse caso, será gerado o efeito material da revelia ainda que já tenha sido apresentada contestação.
- **81.** Sobre a prova testemunhal, assinale a alternativa incorreta:
- a) É lícito à parte contraditar a testemunha, arguindolhe a incapacidade, o impedimento ou a suspeição, bem como, caso a testemunha negue os fatos que lhe são imputados, provar a contradita com documentos ou com testemunhas, até 3 (três), apresentadas no ato e inquiridas em separado.
- b) A intimação será feita pela via judicial quando a testemunha houver sido arrolada pelo Ministério Público ou pela Defensoria Pública.
- c) O juiz inquirirá as testemunhas separada e sucessivamente, primeiro as do autor e depois as do réu, e providenciará para que uma não ouça o depoimento das outras; mas poderá alterar essa ordem se as partes concordarem.
- d) Vigora no CPC/15 o sistema presidencialista, de modo que as perguntas devem ser feitas pelo magistrado, colhendo o julgador de forma pessoal e diretamente a prova.
- e) O juiz poderá inquirir a testemunha tanto antes quanto depois da inquirição feita pelas partes.



- **82.** Sobre o Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas (IRDR) e o Incidente de Assunção de Competência (IAC), é correto afirmar que:
- a) O IRDR e o IAC integram o microssistema de gestão e julgamento de casos repetitivos.
- b) O relator não poderá propor, de ofício, o IAC, devendo o mesmo ser postulado apenas pelas partes, Ministério Público ou Defensoria Pública.
- c) O IRDR será julgado no prazo de um ano. Superado esse prazo, o incidente será extinto sem resolução de mérito, sem prejuízo de que seja novamente suscitado.
- d) Não caberá a instauração de IRDR se já encerrado o julgamento de mérito do recurso ou da ação originária, mesmo que pendente de julgamento embargos de declaração.
- e) A inadmissão do incidente de resolução de demandas repetitivas por ausência de qualquer de seus pressupostos de admissibilidade impede nova suscitação do incidente pelo prazo de 1 (um) ano.
- **83.** Sobre a ação rescisória, assinale a alternativa correta:
- a) Sentença transitada em julgado que tenha sido baseada em transação inválida poderá ser rescindida se o vício for verificado mediante simples exame dos documentos dos autos.
- b) É cabível o manejo da rescisória se a decisão de mérito, transitada em julgado, houver sido proferida por juiz impedido ou suspeito.
- c) Não é possível a rescisão de decisão transitada em julgado que não tenha decidido o mérito da demanda.
- d) O autor deverá depositar a importância de dois por cento sobre o valor da causa, que se converterá em multa caso a ação seja, por unanimidade de votos, declarada inadmissível ou improcedente.
- e) O Ministério Público tem legitimidade para propor a ação, se não foi ouvido no processo em que lhe era obrigatória a intervenção.

- **84.** Assinale a alternativa correta a respeito da execução:
- a) Na execução por quantia certa, os honorários advocatícios de 10% serão fixados de plano pelo juiz ao despachar a petição inicial, cujo valor será reduzido pela metade se o executado pagar integralmente o valor, no prazo de três dias da citação ou poderá ser elevado a 20% quando rejeitados os embargos à execução ou, quando não opostos, levando-se em conta o trabalho realizado pelo advogado do exequente, conforme se constatar ao final do procedimento executivo.
- b) O prazo comum para cumprimento voluntário de sentença não deverá ser computado em dobro no caso de litisconsortes com procuradores distintos, de escritórios diferentes e os autos sejam físicos.
- c) Não é possível a cumulação de honorários advocatícios arbitrados na execução com aqueles fixados nos embargos do devedor.
- d) Nas obrigações de fazer, ainda que a obrigação possa ser satisfeita por terceiro, é vedado ao juiz autorizar, a requerimento do exequente, que aquele a satisfaça à custa do executado.
- e) É proibida a citação postal no processo de execução.
- **85.** Considere as disposições do Código de Processo Civil e assinale a alternativa correta sobre o recurso adesivo.
- a) Constitui espécie autônoma de recurso.
- b) A Fazenda pública não terá prazo em dobro para interpor o recurso adesivo.
- c) O terceiro prejudicado e o Ministério Público, quando atua como fiscal do ordenamento jurídico, possuem legitimidade para interpor o recurso adesivo.
- d) Será admissível na apelação, no agravo, no recurso extraordinário e no recurso especial.
- e) Não será conhecido se houver desistência do recurso principal.



- **86.** Contra decisão do presidente do Tribunal de Justiça que denegar seguimento a recurso especial sob o fundamento de ele ter sido interposto contra acórdão que estava em conformidade com entendimento do STJ exarado no regime de recursos repetitivos, é cabível:
- a) embargos de declaração
- b) agravo de instrumento
- c) agravo em recurso especial
- d) agravo interno
- e) recurso ordinário

DIREITO DO TRABALHO

Priscila Ferreira

87. A empresa "XPTO" metalúrgica possui 303 (trezentos e três) empregados, sendo 101 em cada estabelecimento, localizados em Minas Gerais, São Paulo e Rio Grande do Norte. Do total de empregados, 10 (dez) são pessoas com deficiência, sendo 8 (oito) empregados e 2 (dois) aprendizes de 50 (cinquenta) anos de idade cada. Além destes, também contratou 2 estagiários pessoas com deficiência. Todas estas pessoas com deficiência trabalham em São Paulo.

Diante do exposto, assinale a alternativa correta.

- a) A empresa cumpre a cota legal de contratação de pessoas com deficiência.
- b) A empresa não cumpre a cota legal, porque todas as pessoas com deficiência laboravam no mesmo estabelecimento.
- c) A empresa não cumpre a cota legal de pessoas com deficiência, porque os aprendizes não são computados para efeito de seu cumprimento.
- d) A empresa está dispensada de cumprir a cota legal de pessoas com deficiência porque atua no ramo metalúrgico.
- e) A empresa com até 120 empregados não está obrigada a preencher parte dos seus cargos com beneficiários reabilitados ou pessoas portadoras de deficiência.

- **88.** A empresa "X" pretende conceder férias aos seus empregados em períodos sazonais, de acordo com o movimento comercial. Maria do Socorro não concorda em usufruir as férias de forma fracionada e manifesta sua discordância.
- Considerando essa situação hipotética, é correto afirmar que a empresa
- a) poderá fracionar as férias em até três períodos, independentemente da anuência da empregada.
- b) não poderá fracionar as férias da empregada, vez que para tanto é indispensável a anuência da empregada.
- c) poderá fracionar as férias em até dois períodos, independentemente da anuência da empregada.
- d) poderá fracionar as férias da empregada sem limitação de períodos, desde que tenha a anuência da empregada.
- e) poderá fracionar as férias apenas se houver previsão em negociação coletiva.
- 89. Durante dois anos seguidos, Janaina, bióloga, realiza trabalho extraordinário consubstanciado em 1 hora extra diária de segunda-feira a quarta-feira. A XPTO, sua empregadora, pretende imediatamente suprimir parcialmente esse trabalho extraordinário. De acordo com entendimento Sumulado do TST, Janaina
- a) não terá direito à indenização uma vez a supressão de horas extras é possível em razão do princípio protetivo da saúde do trabalhador.
- b) terá direito à indenização correspondente ao valor de um mês das horas suprimidas parcialmente.
- c) não terá direito à indenização uma vez que a supressão não foi total.
- d) terá direito à indenização correspondente ao valor de dois meses das horas suprimidas parcialmente.
- e) terá direito à indenização correspondente a metade do valor de dois meses das horas suprimidas parcialmente.



- **90.** O tempo despendido pelo empregado desde a sua residência até a efetiva ocupação do posto de trabalho e para o seu retorno:
- a) será considerado como tempo à disposição do empregador somente se o empregado utilizar transporte fornecido pelo empregador.
- b) será computado na jornada de trabalho, se utilizado meio de transporte fornecido pelo empregador
- c) não é considerado como tempo à disposição do empregador.
- d) é considerado como tempo à disposição do empregador.
- e) não será considerado como tempo à disposição do empregador somente se o empregado utilizar de veículo próprio como meio de transporte.
- **91.** A empresa "XPTO", na data de 16.06.2019, quando o empregado acabara de completar dez anos de exercício da função de confiança, resolveu revertê-lo ao cargo efetivo, anteriormente ocupado. Nessa hipótese, de acordo com a legislação trabalhista, o empregado
- a) não terá direito à manutenção da gratificação correspondente.
- b) terá direito à manutenção da gratificação correspondente, pois o cargo foi exercido por dez anos.
- c) terá direito a uma indenização compensatória, calculada pela média da gratificação recebida ao longo dos anos em que exerceu a função de confiança.
- d) terá direito a indenizações por dano moral e material, sendo a primeira calculada em função do maior valor dos benefícios pagos pela Previdência Social.
- e) terá direito a pleitear a rescisão indireta do contrato por descumprimento das obrigações do empregador.
- **92.** Segundo entendimento Sumulado do Tribunal Superior do Trabalho, o trabalho executado em condições insalubres, em caráter intermitente, só por essa circunstância,
- a) aumenta o respectivo adicional para 40%.

- b) afasta o direito à percepção do respectivo adicional.
- c) reduz o respectivo adicional para 10%.
- d) reduz o respectivo adicional para 20%.
- e) não afasta o direito à percepção do respectivo adicional.
- **93.** De acordo com o que preconiza a CLT, todo empregado terá direito anualmente ao gozo de um período de férias, sem prejuízo da remuneração. Em se tratando do direito às férias, assinale a alternativa INCORRETA:
- a) Não terá direito a férias o empregado que, no curso do período aquisitivo, deixar o emprego e não for readmitido dentro de 60 (sessenta) dias subsequentes à sua saída.
- b) A concessão das férias será participada, por escrito, ao empregado, com antecedência de, no mínimo, 30 (trinta) dias. Dessa participação, o interessado dará recibo.
- c) Sempre que as férias forem concedidas após o prazo de 12 (doze) meses subsequentes à data em que o empregado tiver adquirido o direito, o empregador pagará em dobro a respectiva remuneração.
- d) Durante as férias, o empregado poderá, via de regra, prestar serviços a outro empregador.
- e) O abono de férias deverá ser requerido até trinta dias antes do término do período aquisitivo.
- **94.** À luz das regras da Consolidação das Leis do Trabalho e da jurisprudência sumulada do Tribunal Superior do Trabalho serão compreendidas no salário para todos os efeitos legais, aquelas fornecidas a título de
- a) uniformes utilizados no local de trabalho, para a prestação dos serviços.
- b) aluguel de apartamento de moradia do trabalhador, cujo valor corresponde a 20% do salário contratual.
- c) seguros de vida e de acidentes pessoais.
- d) automóvel destinado ao deslocamento do trabalhador para o trabalho e retorno.
- e) assistência odontológica, prestada mediante seguro-saúde.



DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO

Lucas Pessoa

- **95.** Determinada empresa pública estadual, intimada da sentença trabalhista no dia 07.10.2020 (4ª feira), interpôs recurso ordinário em 28.10.2020 (4ª feira). Considerando que o mencionado recurso foi processado pelo juízo a quo, assinale a alternativa correta.
- a) O recurso deverá ser conhecido pelo juízo ad quem, pois está vinculado ao juízo de admissibilidade da instância inferior.
- b) O recurso não deverá ser conhecido pelo juízo ad quem, pois não foi observado o prazo legal de quinze dias corridos.
- c) O recurso deverá ser conhecido pelo juízo ad quem, pois foi observado o prazo legal de quinze dias úteis.
- d) O recurso deverá ser conhecido pelo juízo ad quem, pois as empresas públicas possuem prazo em dobro para recorrer.
- e) O recurso não deverá ser conhecido pelo juízo ad quem, pois foi interposto intempestivamente.
- **96.** Em relação à competência da Justiça do Trabalho, assinale a alternativa INCORRETA:
- a) A Justiça do Trabalho é competente para processar e julgar ação possessória ajuizada em decorrência do exercício do direito de greve pelos trabalhadores da iniciativa privada.
- b) A Justiça do Trabalho é competente para processar e julgar ação ajuizada por empregado em face de empregador relativa ao cadastramento no Programa de Integração Social.
- c) A Justiça do Trabalho é competente para processar e julgar as ações que tenham como causa de pedir o descumprimento de normas trabalhistas relativas à segurança, higiene e saúde dos trabalhadores.
- d) A Justiça do Trabalho é competente para processar e julgar ação sobre representação sindical, entre sindicatos, entre sindicatos e trabalhadores, e entre sindicatos e empregadores.
- e) A Justiça do Trabalho é competente para processar e julgar os dissídios coletivos de greve, com exceção dos que envolvam servidores públicos estatutários; para processar e julgar esses dissídios, a

competência será, conforme o caso, do STJ, de tribunal regional federal ou de tribunal de justiça.

- 97. Caio, residente e domiciliado em Campo Grande, foi contratado para trabalhar em Corumbá. Na contratação, as partes elegeram o foro da cidade de Dourados para dirimir qualquer questão decorrente da prestação de serviços. Após dois anos de trabalho, Caio foi dispensado sem receber corretamente o pagamento das verbas rescisórias. Neste caso, Romualdo deverá promover a reclamação trabalhista na cidade de
- a) Campo Grande ou Corumbá, a critério do empregado.
- b) Campo Grande, Corumbá ou Dourados.
- c) Campo Grande.
- d) Corumbá.
- e) Cuiabá.
- 98. Considere as seguintes decisões:
- I. Que homologa a desistência da ação.
- II. Que indefere a petição inicial.
- III. Que acolhe exceção de incompetência com remessa dos autos para Tribunal Regional distinto.
- IV. Que concede tutela provisória antes da sentença.

Caberá Recurso Ordinário contra as decisões mencionadas APENAS em

- a) I e II.
- b) I, III e IV.
- c) II e IV.
- d) I, II e III.
- e) III e IV.
- **99.** Nas causas sujeitas ao rito sumaríssimo, será admitido recurso de revista na hipótese de
- a) violação à CLT.
- b) divergência estabelecida entre as turmas do TST.
- c) contrariedade a súmula vinculante do STF.
- d) contrariedade a Orientação Jurisprudencial do TST.
- e) nenhuma das anteriores.



100. Assinale a alternativa INCORRETA:

- a) Devendo o agravo de petição delimitar justificadamente a matéria e os valores objeto de discordância, não fere direito líquido e certo o prosseguimento da execução quanto aos tópicos e valores não especificados no agravo.
- b) Na reclamação trabalhista feita por escrito, o pedido deverá ser certo, determinado e com indicação do valor, sob pena de ser julgado extinto sem resolução do mérito.
- c) A fundamentação da sentença não faz coisa julgada material.
- d) A execução será promovida pelas partes, permitida a execução de ofício pelo juiz ou pelo Presidente do Tribunal em qualquer caso.
- e) Segundo o STF, o prazo de trinta dias para a fazenda pública embargar a execução é constitucional e não ofende os princípios da isonomia e do devido processo legal.



Preencha o Gabarito!

http://bit.ly/Simulado-PGE-MS-24-10

Conheça nossa assinatura

http://bit.ly/Assinatura-ECJ

CONFIRA: CURSOS PARA PGE